



Câmara Municipal de Ouro Branco

Câmara Municipal de Ouro Branco
Protocolo Geral

Requerimento 121 2026

Nº 0121 Data entrada 28.04.26
Horário 10:20 Data saída / /
Destino Opaco
Wagner
Assinatura Responsável

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ouro Branco/MG,

A Vereadora abaixo assinada, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, especialmente com fundamento no Art. 90, inciso III, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer que seja oficiado ao Chefe do Poder Executivo Municipal para que encaminhe a esta Casa Legislativa, por meio do órgão competente, as seguintes informações e esclarecimentos:

Considerando a importância da transparência nas relações de consumo, especialmente no que se refere à comercialização de combustíveis;

Considerando o direito do consumidor à informação adequada, clara e ostensiva, conforme preceitos do Código de Defesa do Consumidor;

Considerando a competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local e promover a proteção do consumidor;

Considerando a necessidade de assegurar que a população tenha acesso a informações de caráter informativo e educativo acerca dos fatores que influenciam a formação dos preços dos combustíveis, sem qualquer interferência na política de preços ou nas competências dos órgãos reguladores;

REQUER:

1. Seja informado se o Poder Executivo Municipal possui estudos, projetos ou intenção de implementar medidas que promovam maior transparência ao





Câmara Municipal de Ouro Branco

consumidor quanto às informações relacionadas aos combustíveis comercializados no Município;

2. Em caso positivo, que sejam detalhadas quais informações poderão ser disponibilizadas ao consumidor, especialmente no que se refere a tributos incidentes e outros elementos informativos de caráter público;

3. Que o Executivo informe a viabilidade de adoção de medidas que garantam a divulgação, de forma clara, precisa e ostensiva, de informações educativas sobre os fatores que influenciam os preços dos combustíveis, respeitando os limites legais e as competências da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;

4. Que sejam esclarecidos quais órgãos municipais poderiam ser responsáveis pela eventual fiscalização e orientação quanto ao cumprimento dessas medidas;

5. Que seja informada a possibilidade de realização de campanhas educativas voltadas à conscientização dos consumidores sobre a composição informativa dos preços dos combustíveis.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento reveste-se de elevada relevância diante do atual cenário nacional de instabilidade nos preços dos combustíveis, que impacta diretamente o custo de vida da população e a atividade econômica local.

Em abril de 2026, o Governo Federal adotou uma série de medidas com o objetivo de conter a alta dos combustíveis, incluindo a redução de tributos sobre o biodiesel, o incentivo ao aumento da mistura de etanol anidro na gasolina e o reforço nas ações de monitoramento e fiscalização das margens de lucro praticadas por distribuidoras e postos revendedores. Soma-se a isso a redução promovida pela Petrobras no preço da gasolina nas refinarias no início do ano.

Entretanto, apesar dessas iniciativas, observa-se que os preços ao consumidor final permanecem elevados, influenciados por fatores como o cenário internacional do petróleo e a sistemática de cobrança do ICMS em alíquota fixa pelos Estados.





Câmara Municipal de Ouro Branco

Nesse contexto, causa preocupação a ausência de ações visíveis e efetivas, no âmbito do Município de Ouro Branco/MG, voltadas à fiscalização, acompanhamento e transparência dos preços praticados pelos postos de combustíveis locais.

É dever do Poder Público Municipal, dentro de sua competência, atuar de forma complementar na defesa do consumidor, garantindo que não haja distorções abusivas na cadeia de comercialização e que a população tenha acesso a informações claras sobre os fatores que influenciam os preços praticados.

A ausência de medidas concretas de fiscalização e orientação ao consumidor fragiliza o controle social e contribui para a percepção de falta de transparência, especialmente em um setor sensível e essencial como o de combustíveis.

Dessa forma, o presente requerimento busca não apenas obter informações, mas também provocar uma atuação mais efetiva do Poder Executivo Municipal no sentido de:

- acompanhar a evolução dos preços praticados no município;
- reforçar a fiscalização quanto a eventuais abusos;
- e promover transparência ativa ao consumidor.

Trata-se, portanto, de medida necessária, legítima e urgente, diante da realidade enfrentada pela população, que diariamente arca com os impactos diretos da elevação dos preços dos combustíveis sem a devida clareza sobre sua formação no âmbito local.

Assim, a presente iniciativa reafirma o compromisso desta vereadora com a defesa do consumidor, a transparência pública e a fiscalização efetiva dos serviços que impactam diretamente a vida dos cidadãos.

Nilma
Aparecida Silva

Assinado de forma digital
por Nilma Aparecida Silva
Dados: 2026.04.28 10:03:03
.0300'

Nilma Aparecida Silva

Vereadora PT/Ouro Branco - MG

Ouro Branco, 27 de Abril de 2026.

"Fiscalizar é dever. Transparência é obrigação."

